

Adriana VIDOTTE, Poder e memória no Testamento de Don Íñigo López de Mendoza

Poder e memória no Testamento de Don Íñigo López de Mendoza*

Power and memory in the Testament of don Íñigo López de Mendoza

Adriana VIDOTTE

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Brasil

adrianavidotte@gmail.com

Recibido: 02/02/2016

Aceptado: 28/02/2016

Resumo: Don Íñigo López de Mendoza y Quiñones (1442-1515), II conde de Tendilla e I marquês de Mondéjar, foi uma das personagens mais influentes do período dos Reis Católicos (1474-1504). Desde o século XIX, sua vida e seus feitos tem sido analisados sob diversas perspectivas, como a das relações com a realeza, das relações internacionais, da arte da guerra ou da influência na arte de seu tempo. Dentro das várias possibilidades que o tema nos oferece, o presente texto propõe uma aproximação à figura de Don Íñigo López de Mendoza y Quiñones, no seio da aristocracia castelhana, por meio de um estudo do seu testamento e codicilos. Os principais objetivos dos testamentos eram garantir a salvação da alma, conservar a memória individual e da linhagem, premiar aqueles fieis servidores e organizar a transmissão da herança. Dessa forma, apesar de refletirem um momento concreto da vida dos indivíduos, os testamentos permitem a confluência de três tempos: o presente, o passado e o futuro. Nessa perspectiva, o estudo do testamento e dos codicilos do II Conde de Tendilla busca uma aproximação individual – ao Conde –, mas também coletiva – à aristocracia do período dos Reis Católicos. Pretende-se analisar nessas fontes, além da vida e da ideia da morte, as relações de poder, os conflitos e o consenso no seio da linhagem e da família.

Palavras chave: Testamento; Aristocracia; Linhagem; Memória; Poder.

Abstract: Don Íñigo López de Mendoza y Quiñones (1442-1515), Count of Tendilla II and Marquis of Mondejar I, was one of the most influential figures of the period of the Catholic Kings (1474-1504). Since the nineteenth century, his life and achievements have been analyzed from various perspectives, such as the relations with royalty, international relations, the art of war or the influence on the art of his time. Within the various possibilities that the theme offers us, this text proposes an approach to the figure of Don Íñigo López de Mendoza y Quiñones, within the Spanish aristocracy, through a study of his will and codicils. The most important aims of the wills were to guarantee the salvation of the soul, to preserve individual and family memory, to reward those faithful servants and to organize transmission of heritage. Thus, despite reflecting a concrete moment of an individual's life, wills allow the confluence of three stages: the present, the past and the future. From this perspective,

* Uma primeira discussão sobre o tema foi apresentada no Congresso Internacional *El Conde de Tendilla y su tiempo*, realizado em Granada, em novembro de 2015 e será publicada resumida nos Anais do evento sob o título: “Poder, conflito e consenso no testamento de don Íñigo López de Mendoza y Quiñones”.

the study of the will and condicils, granted by the Count of Tendilla II, aims to analyze, beyond the idea of death, power relations, conflicts and consensus within the lineage and the family.

Key Words: Aristocracy; Lineage; Conflict; Consensus.

Sumário: 1. Introdução. 2. Don Íñigo López de Mendoza y Quiñones. 3. Testamentos e codicilos de don Íñigo López de Mendoza y Quiñones. 4. Violência na vida, paz na morte. 5. A transmissão da herança. 6. A preservação da memória e da linhagem. 7. Considerações finais. Fontes e Bibliografia.

* * *

1. Introdução

Don Íñigo López de Mendoza y Quiñones (1442-1515), II conde de Tendilla e I marquês de Mondejar, foi uma das figuras mais destacadas do período dos Reis Católicos – Isabel de Castela (1474-1504) e Fernando de Aragão (1474-1516). Membro de uma das mais importantes linhagens do período, participou ativamente na Conquista de Granada, tornando-se, a partir de 1492, alcaide da Alhambra e capitão geral da cidade de Granada e, a partir de 1502, capitão geral de Granada – cargo que depois de sua morte continuou a ser ocupado por seus descendentes até a expulsão dos moriscos daquele reino. Além de participar na guerra de conquista, don Íñigo atuou como embaixador dos Reis Católicos em Roma, em uma importante atividade diplomática para negociar o Real Patronato da Igreja de Granada em benefício dos monarcas. Na Itália, manteve estreitas relações com humanistas dos quais recebeu influências que levou para a Espanha, onde foi destacado patrocinador das artes.

Pelo protagonismo que desempenhou como político, militar e também como mecenas das artes, don Íñigo López de Mendoza despertou o interesse de historiadores de distintas épocas, que analisaram sua figura sob diversas perspectivas, como as relações com a realeza, as relações internacionais, a influência na arte de seu tempo, entre outras, e permitiram uma melhor compreensão desse importante personagem da história da Espanha.² Os

² Um balanço historiográfico completo sobre a figura de Íñigo López de Mendoza y Quiñones pode ser consultado na tese de doutorado de María Cristina HERNÁNDEZ CASTELLÓ, *Don Íñigo López de Mendoza, II conde de Tendilla, y las Artes: ¿entre España e Italia?* Tese, Universidad de Valladolid, 2014, págs. 19-34). Destaco aqui apenas algumas obras mais recentes, publicadas a partir da segunda metade do século XX, e que foram referências fundamentais para a elaboração do artigo. Nesse contexto, a referência fundamental foi e continua sendo a obra de José CEPEDA ADÁN, “Andalucía en 1508. Un aspecto de la correspondencia del Virrey Tendilla”, *Hispania*, LXXXV (1962), págs. 3-45; “El Gran Tendilla medieval y renacentista», *Cuadernos de Historia* (1967), págs. 159-168; “Un caballero y un humanista en la corte de los Reyes Católicos. El conde de Tendilla en las cartas de Pedro Martir de Anglería”, *Cuadernos hispanoamericanos*, 238-240 (1969), págs. 475-503; “El Conde de Tendilla primer Alcayde de la Alhambra”, *Cuadernos de la Alhambra*, 6 (1970), págs. 21-50.

conhecimentos sobre a vida e a obra do II Conde de Tendilla foram recentemente revisados e ampliados em discussões promovidas em motivo do quinto centenário de sua morte, comemorado em 2015. Essas discussões, especificamente as que se realizaram na cidade de Granada, durante o Congresso Internacional *El Conde de Tendilla y su tiempo*, motivaram a escrita desse artigo.

Dentre as várias possibilidades que o tema nos oferece, o presente texto propõe uma aproximação à figura de Don Íñigo López de Mendoza, no seio da aristocracia castelhana, por meio de um estudo do seu testamento e dos codicilos que o complementam. O valor desse tipo de fonte para a história extrapola aqueles revelados nos estudos pioneiros sobre a morte no âmbito da história das mentalidades.³ O leque de possibilidades que os testamentos e codicilos oferecem ao historiador permite aprofundamentos nos estudos sobre a aristocracia medieval sob diversas perspectivas, que abarcam desde a história social até a história política, cultural e econômica. Os principais objetivos dos testamentos eram garantir a salvação da alma, conservar a memória individual e da linhagem, premiar os fieis servidores e organizar a transmissão da herança. Dessa forma,

Posteriores aos estudos de Cepeda Adán, destacam-se os de José SZMOLKA CLARES, “Nobleza y autoritarismo en Andalucía. La contribución de Granada a la sumisión del estamento nobiliario andaluz, 1504-1510”, *Cuadernos de Estudios Medievales*, V-VII (1978-79), págs. 277-296; “Relaciones entre Jaén y Granada a comienzos del quinientos. El Santo Reino en el Registro del Conde de Tendilla”, *Chronica Nova*, 16 (1988), págs. 143-167. “Las relaciones entre la ciudad y la Alhambra: el Conde de Tendilla», in: *Granada, su transformación en el s. XV: conferencias pronunciadas con motivo del V centenario del ayuntamiento de Granada*, Granada, 2001, págs. 89-102. Outras contribuições foram oferecidas por M. Amparo MORENO TRUJILLO, “Escritura y poder: el conde de Tendilla de la espada a la pluma”, in CORTÉS PEÑA et al. (eds.), *Estudios en Homenaje al professor José Szmolka Clares*, Granada, 2005, págs. 443-458; “Las Actuaciones de la Inquisición y los escribanos judeo conversos del entorno del conde de Tendilla”, *HID*, 37 (2010), págs. 177-206. Destavam-se ainda Juan Manuel MARTÍN GARCÍA, *Don Íñigo López de Mendoza (1442-1515): Del espíritu caballeresco al humanismo renacentista. Tradición y modernidad de un mecenas español*, Granada, 1999; “Arquitectos y mecenas del Renacimiento en España”, *Cuadernos de Arte*, 36 (2005), págs. 29-47; António JIMENEZ ESTRELLA, “La alcaldía de la Alhambra tras la rebelión morisca y su restitución al quinto marqués de modéjar” *Chronica Nova*, 27(2000), págs. 23-51; *Poder, ejército y gobierno en el siglo XVI. La capitania general del Reino de Granada y sus agentes*, Granada 2004; “El conde de Tendilla y su estirpe: el poder político y militar de una familia nobiliaria» en A. L. CORTÉS PECHA, Miguel Luis LÓPEZ-GUADALUPE MUÑOZ, Francisco SÁNCHEZ-MONTES GONZÁLES (eds.), *Estudios en homenaje al profesor José Szmolka Clares*, Granada, 2005, págs. 345-358; “Nobleza y servicio político a la monarquía en el siglo XVI: los Mendoza y su vinculación al Reino de Granada”, *Obradoiro de Historia Moderna*, 18 (2009), págs. 211-232.

³ Ver Pablo S. OTERO PIÑERO MASEDA; Miguel GARCÍA FERNÁNDEZ. «Los testamentos como fuente para la historia social de la nobleza. Un ejemplo metodológico: tres mandas de los Valladares del siglo XV». *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 60, 126 (2013), págs. 125-169 doi: 10.3989/ceg.2013.126.04.

apesar de refletirem o momento concreto da vida dos indivíduos, os testamentos permitem observar a confluência de três tempos: o presente, o passado e o futuro. Nessa perspectiva, o estudo do testamento e dos codicilos do II Conde de Tendilla busca uma aproximação individual – ao Conde –, mas também coletiva – à aristocracia do período dos Reis Católicos. Pretende-se analisar nessas fontes, além da ideia da morte, as relações de poder, os conflitos e o consenso no seio da linhagem e da família.



Don Íñigo López de Mendoza y Quiñones, Marqués de Santillana.
Imagen da Wikimedia Commons

2. Don Íñigo López de Mendoza y Quiñones

Procedente do norte da Península Ibérica, de um território situado entre Álava e Viscaya, a família dos Mendoza era uma das mais influentes no final do século XV e início do XVI.⁴ Aliada aos Reis Católicos desde 1473, a família Mendoza ofereceu um importante apoio à Isabel na guerra pela sucessão ao trono castelhano e forneceu uma força militar fundamental para a vitória dos Reis

⁴ Luís SUÁREZ FERNÁNDEZ, *Nobleza y monarquía. Puntos de vista sobre la Historia política castellana en el siglo XV*, Valladolid, 1975, pág. 30.

Católicos na guerra civil que ocorreu entre os anos de 1474 e 1480. Como prêmio aos serviços e lealdades oferecidos, os Mendoza receberam dos Reis Católicos títulos e privilégios que acrescentaram ainda mais seu poder.

Íñigo López de Mendoza y Quiñones era o primogênito do casamento de Íñigo López de Mendoza y Figueroa e Elvira de Quiñones, condes de Tendilla. Era neto, por parte de mãe, de Diego de Quiñones, senhor de Luna e merino maior de Astúrias, e María de Toledo y Ayala, e pela via paterna, dos marqueses de Santillana, Íñigo López de Mendoza y de la Vega e Catalina Suárez de Figueroa. Don Íñigo López de Mendoza y Quiñones era aparentado por via direta e por via colateral com algumas das figuras mais destacadas do período, como seus tios Diego Hurtado de Mendoza, primeiro duque do Infantado; Lorenzo Suárez de Figueroa, primeiro conde de Coruña; Pedro Laso de Vega, senhor de Valfermoso e Mondéjar; Juan Hurtado de Mendoza, senhor de Fresno; Pedro Hurtado de Mendoza, senhor de Tamajón y Sarracines; e com o cardeal Pedro González de Mendoza. Devido os matrimônios contraídos por suas tias, filhas dos marqueses de Santillana, era aparentado ainda com Pedro Fernández de Velasco, condestável de Castela e com Perafán de Ribera, adelantado de Andaluzia.⁵

Como primogênito, don Íñigo herdou os principais títulos da família, ao quais acrescentou outros recebidos pelos serviços prestados aos Reis Católicos, ficando com uma expressiva apresentação:

Don Íñigo López de Mendoza segundo del nombre, ricohombre, vassalo del Rey. Comendador de la Torre de Bejecake y de Socuéllamo, y trece de la orden de Santiago. Primer marqués de Mondéjar y de Valfermoso, segundo conde de Tendilla, señor de las villas de Lorança, Meco, Miralcampo, Anguix, Azañon, Monasterio, Viana, Fuentelviejo, Retuerta, Balconete, Huélamos, Armuña, Araçueque, el Campillo de Castilla, de Sixar, y Cobdar en Granada, y de las baronias de Ronces y Becha en Aragón. Gobernador de las ciudades de Alhama y Alcalá la Real. Adelantado Mayor de la frontera, ocho veces capitán general, embajador a Roma y a Granada, teniente general del rey Cathólico en la guerra y conquista de aquel reyno y ciudad. Primer alcayde de su Alhambra y de los castillos de Bataubán, Mauror, Daravid y Puerta Elvira. Virrey de Granada, capitán general del Andaluzía y primer veinte y cuatro, capitán de una compañía de lanzas jinetas y del consejo de los Reyes Cathólicos, doña Juan y don Carlos⁶.

O II Conde de Tendilla casou-se duas vezes. Em 1472, uniu-se em primeiras núpcias à sua prima Marina Laso de Mendoza, filha de Pedro Laso, senhor de Valfermoso y Mondéjar. Pouco tempo depois, a jovem esposa faleceu sem deixar descendentes. Em 1480, o nobre casou-se em segundas núpcias com Francisca Pacheco, pertencente à poderosa família do marques de Villena, Juan Pacheco, mestre de Santiago e valido de Enrique IV (1454-1474). Desse matrimônio

⁵ HERNÁNDEZ CASTELLÓ 2014: 57-61.

⁶ G. IBAÑEZ DE SEGOVIA, *Historia de la Casa de Mondéjar escrita para el Marqués de Valhermoso por el de Mondéjar su abuelo*, f. 166 r.º. Apud: HERNÁNDEZ CASTELLÓ 2014: 9.

nasceram oito filhos, todos membros destacados da geração seguinte de nobres castelhanos.⁷

3. Testamentos e codicilos de don Íñigo López de Mendoza y Quiñones

Nos últimos séculos da Idade Média era comum entre os nobres outorgar diversos testamentos ao largo da vida, embora fossem mais frequentemente utilizadas as retificações e complementações, como os codicilos. O II Conde de Tendilla outorgou apenas dois testamentos durante a sua vida longeva – morreu aos 73 anos de idade. O primeiro foi datado no dia 5 de maio de 1489 em Estremera (Madrid), antes do nobre partir para a Guerra de Granada. O segundo foi outorgado em 18 de julho de 1515 e complementado nos dias seguintes, 19 e 20 de julho, em Granada. Do primeiro testamento sobraram apenas fragmentos; do segundo existe uma cópia autorizada, do ano de 1593. É esta cópia, encontrada por Palencia González e Mele e publicada por Maria Cristina Hernández Castelló, no apêndice documental de sua tese de doutorado, que utilizamos nesse artigo.⁸

No que diz respeito a sua estrutura, o testamento do II Conde de Tendilla, complementado por dois codicilos, segue os padrões da época, apresentando três partes principais: o preâmbulo, as disposições testamentárias e o escatocolo.⁹ Dessas partes, são as disposições testamentárias que mais nos interessam, pois expõem os principais objetivos do moribundo e nos permitem analisar as estratégias utilizadas para garantir a salvação da alma, organizar a transmissão da

⁷ Ver HERNÁNDEZ CASTELLÓ 2014: 57-61.

⁸ Traslado autorizado del testamento del Señor Don Íñigo López de Mendoza conde de tendilla Otorgado en Granada año del 1515, AHN, sección Nobleza, fondo Osuna, c. 291, d. 10, *apud* María Cristina HERNÁNDEZ CASTELLÓ, *Don Íñigo López de Mendoza, II conde de Tendilla, y las Artes: ¿entre España e Italia?* Tese, Universidad de Valladolid, 2014, págs. 474-485. Segundo María Cristina Hernández Castelló: «Hallaron este documento PALENCIA GONZÁLEZ, A., y MELE, E., ob. cit. [Vida y obras de Don Diego Hurtado de Mendoza, Madrid, 1941 y 1943] 1941, pág. 21 en el AHN, sección Nobleza, fondo Osuna, leg. 291, n.º 3. Se trata este documento de una copia autorizada del testamento y codicilos que dictó en Granada el en julio de 1515 el II conde de Tendilla y I marqués de Mondéjar, realizada el 5 de junio de 1593. Esta copia autorizada del testamento se hizo a instancias del Almirante de Aragón, don Francisco de Mendoza, por decreto del Licenciado Diego Tamayo, Teniente Corregidor en Madrid, y la autoriza el 5 de junio de 1593 el escribano Gaspar Testa, con la firma también del licenciado Tamayo. El original lo presentaba el dicho Almirante. El marqués de Mondéjar, Gaspar Ibáñez de Segovia y Peralta no conoció la existencia de este testamento, de haberlo hecho no cabe duda de que aparecería en su “Historia de la casa de Mondéjar”. A partir de agora citado como TESTAMENTO DEL CONDE DE TENDILLA

⁹ Cf MARTÍN CEA, J. C. «El modelo testamentario bajomedieval castellano y su reflejo en los diferentes grupos sociales». *Edad Media. Revista de Historia*, 6, 2003-2004, págs. 103-156. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=958070>

herança, premiar os fieis servidores e conservar a memória individual e da linhagem.

4. Violência na vida, paz na morte

O testamento de don Íñigo López de Mendoza y Quiñones foi outorgado na cidade de Granada, no dia 18 de julho de 1515, dois dias antes de sua morte. Contava com 73 anos, uma idade avançada para a época, e sua saúde estava bastante frágil, como revelam os codicilos que complementam seu testamento. No primeiro codicilo, ditado em 19 de julho afirma:

Y por quanto este codicillo y estos capítulos en él contenido, yo no puedo firmar por mi flaqueza, aunque estoy en mi entero entendimiento, rogué al venerable padre Ortúñu García, prior del monasterio de Santiago, mi confesor, que firmase aqui su nombre por mí ...¹⁰

Da mesma forma, no segundo codicilo, outorgado no dia de seu falecimento:

y porque su señoría se sentía fatigado rogo a Ortúñu García prior del monasterio de Santiago de la Madre de Dios que firmase por aqui por él, el qual assimismo fue presente por testigo a todo lo que dicho es.¹¹

O II Conde de Tendilla ditou seu testamento quando as suas condições de saúde o fizeram necessário: ele estava doente e sentia que a morte se aproximava. O medo provocado pela proximidade da morte e a busca pela salvação eterna levava os homens de seu tempo a rever as atitudes que podiam ser condenadas diante do juízo divino. Nesse sentido, iniciam-se as disposições testamentárias:

Conociendo que la vida de los hombres es flaca y rodeada de diversos acaescimientos y que no pueden probeer complidamente a las cosas porvenir porque no las sabemos de manera qe aunque somos ciertos que habemos de morir no ay cosa mas incierta que la ora y el tempo y el lugar de la muerte, Viendo que es mal hecho con seguridad de la vida no pensar en el fin della.¹²

Ao seguir uma fórmula recorrente nos testamentos, o II Conde de Tendilla revela uma ideia presente no imaginário da época: a necessidade de estar sempre preparado para morrer já que era incerta a hora da morte. O assunto foi tratado

¹⁰ TESTAMENTO DEL CONDE DE TENDILLA: 483.

¹¹ TESTAMENTO DEL CONDE DE TENDILLA: 484.

¹² TESTAMENTO DEL CONDE DE TENDILLA: 474.

por vários historiadores,¹³ entre eles Philipe Ariés, em sua obra da década 1970 na qual, analisando uma nova postura do homem diante da morte, afirmava que, para o homem do final da Idade Média, não é o momento da morte que dá o justo valor à vida passada e que decide o destino do morto no outro mundo: “é preciso ficar em todos os momentos da vida no estado em que as *artes moriendi* da Idade Média querem colocar o morimbundo: “*in hora mortis nostrae*”, como diz a segunda parte da Ave Maria que se tornou justamente popular no século XVI”.¹⁴

Contudo, mesmo se reconhecendo a necessidade de viver em preparação para a morte, o testamento representava uma última possibilidade de corrigir erros, reconhecer-se pecador e pedir o perdão pelos pecados. Segue o testamento:

Por ende yo el marques Don Yñigo López de Mendoça Conde de Tendilla, ... querendo probeer a que todas las cosas de mi consciéncia y hacienda se asienten en mi vida para que después de aquella no aya duda en ellas, deseando la paz después de mi muerte entre aquellos con quien tuue que hacer en la vida, ... suplico ... que reciba el ánima de su criatura. La qual si no va arrepentida segun la cantidad y calidad mi hierros, deseo como Cristiano arrepentirme poder hacer con digna satisfacción dellos y que se acuerde que soy hombre sucio, concebido de no limpia simiente y que en pecado me concibió mi madre y me quiera perdonar poniendo ante los ojos de su piedad las flaquezas de

¹³ A apresentação de um balanço historiográfico sobre o tema extrapolaria nossos conhecimentos e os objetivos do presente trabalho. Contudo, não podemos deixar de destacar algumas obras que são referências para os estudos sobre a morte e que utilizam os testamentos como fonte. Dos grandes clássicos destacamos: Philippe ARIÉS, *Essais sur l'histoire de la mort en Occident du Moyen à nos jours*, Seuil, 1975 (publicado no Brasil por Francisco Alves Editor, 1977); Michel VOVELLE, *La Mort et l'Occident: de 1300 à nos jours*, Gallimard, Paris, 1983, 793p.; Jacques CHIFFOLEAU, *La comptabilité de l'au-delà. Les hommes, la mort et la religion dans la région d'Avignon à la fin du Moyen Âge (vers 1320 - vers 1480)*, École Française de Roma, Roma, 1980. Entre as obras de referência, é obrigatória a leitura de Susana ROYER DE CARDINAL, *Morir en España: Castilla Baja Edad Media*, Universidad Católica de Argentina, Buenos Aires, 1992. Sobre as origens e evolução do testamento medieval é indispensável o artigo de Alfonso GARCÍA-GALLO, «Del testamento romano al medieval. Las líneas de su evolución en España», *Anuario de Historia del Derecho Español*, XLVII, (1977), pág. 425-497; sobre a Baixa Idade Média castelhana destacamos a obra de María del Carmen CARLÉ, *Una sociedad del siglo XV. Los castellanos en sus testamentos*, Universidad Católica Argentina, Buenos Aires, 1993. Também indispensável é a leitura de uma obra mais recente sobre a morte, de Laura VIVANCO, *Death in fifteenth century Castile. Ideologies of the elites*, Suffolk, Rochester, Nueva York, Tamesis, 2004. A essas obras poderiam se somar um grande número de artigos com abordagens diversas, publicados a partir da década de 1980 em revistas e obras coletivas. A indicação desses estudos ampliaria demasiadamente o texto e os propósitos dessa nota.

¹⁴ Philippe ARIÉS, *O homem diante da morte*, Francisco Alves Editor, Rio de Janeiro, 1982, pág. 332.

la Vida humana en la qual sin su ayuda es imposible resistir a las asenchanzas del diablo.¹⁵

O Conde de Tendilla reconhece sua origem no pecado, sua vida no pecado e suplica o perdão divino. Manifesta-se o medo do juízo final, do momento de prestar contas a Deus. Contudo, chama a nossa atenção o desejo do Conde em estabelecer a paz para depois de sua morte: *deseando la paz después de mi muerte entre aquellos con quien tuue que hacer en la vida.* Essa ideia é retomada em outro momento, quando afirma:

Y porque la luenga conversación no puede ser sin alguna manera de enojo pido por amor de dios a todos aquellos con quien tuue que hazer en la Vida me perdonen si algunas cosas hablé o dixe o hize de que reciuiesen turbación, o enojo porque dios perdone a ellos y perdono yo a todos aquellos que me hizieron, dixerón o trataron mal por qualquer manera o razón que haya sido.¹⁶

A ideia da paz na morte está diretamente relacionada à necessidade da violência na vida. Como demonstrou Claude Gauvard a violência era um dos móveis essenciais das sociedades medievais, porque “ela funda a reputação do indivíduo e, consequentemente, prenuncia o seu reconhecimento e o intercâmbio entre os sexos”.¹⁷ Segundo Gauvard, para a sociedade medieval, a violência não estava ligada a um estado moral condenado em si; era o meio de provar a perfeição de uma identidade.¹⁸ E conclui o historiador que, ao final da Idade Média, “quando as coações estatais impõem um ideal de paz, são ainda aquelas formas de violência que se tornam privilégios da nobreza ocidental e contribuem para defini-la”.¹⁹ Para Gauvard, a violência era constitutiva da nobreza.

A observação que Gauvard faz para a sociedade medieval, de forma geral, é válida para o contexto específico que ora analisamos e nos permite compreender as intenções de paz manifestadas no testamento do Conde de Tendilla. Nos reinos ibéricos, nos séculos XV e XVI, a violência era ainda a forma usada pela nobreza para construir ou manter a sua reputação e garantir seus privilégios. Como observa María Concepción Quintanilla Raso, “*la violencia aparecía como consustancial al sistema de relaciones internobiliarias, orientando siempre a la imposición del más fuerte; la política de desarrollo del poder de las grandes*

¹⁵ TESTAMENTO DEL CONDE DE TENDILLA: 474-475.

¹⁶ TESTAMENTO DEL CONDE DE TENDILLA: 476-477.

¹⁷ Claude GAUVARD, “Violência”, in Jacques Le Goff; Jean Claude Schmitt, *Dicionário temático do Ocidente medieval*, Edusc, Imprensa Oficial do Estado, Bauru, São Paulo, 2002, v. II, págs. 605-613, pág. 611.

¹⁸ GAUVARD 2002: 606.

¹⁹ GAUVARD 2002: 608.

casas no se hacia sino en rivalidad con las otras".²⁰ Em seus estudos sobre o reinado dos Reis Católicos, Quintanilla Raso observa que os conflitos internobiliários não desapareceram em decorrência de uma política de estabilidade implantada pelos monarcas, ao contrário, mantiveram-se presentes e apenas sofreram mutações quanto aos seus objetivos e cenários de desenvolvimento, o que se verifica sobretudo a partir de dois marcos: 1480 e 1490. O primeiro marco cronológico, 1480, se estabelece a partir das Cortes de Toledo que, segundo Quintanilla Raso, representam um ponto de inflexão nas pautas de comportamento da alta nobreza, tanto em suas relações com a monarquia como nas suas relações internas. O segundo marco se situa na década de 1490 que, com a emblemática conquista do reino de Granada, seria uma referência cronológica para as relações internas da nobreza, sobretudo para os senhores de títulos andaluzes, "*a la cabeza de una alta nobleza de sentido periferico, y de tono fronterizo*".²¹ A partir desses marcos cronológicos se iniciava uma época em que os objetivos da alta nobreza mudariam, e sua capacidade de ação política e militar passaria a ser orientada em outras direções. Os conflitos passariam da urbe ao meio rural, das cidades aos senhorios.²² A respeito do sentido político desses conflitos, conclui Quintanilla Raso:

en realidad se trataba de conflictos con un claro sesgo político: valga decir que, pese a la ausencia de formulación política específica, las violencias de señores y vasallos contra otros señores y otros vasallos respondían al logro de objetivos diversos y compartidos por cada uno de los bloques, que, a su vez, se canalizaban a través de discursos contestatarios en los que se observan intereses centrados en la política. Porque conviene no olvidar que los grandes dominios señoriales eran un ámbito de ejercicio del poder económico, social, militar, jurisdiccional, e por ende, del poder político de los señores de título.²³

²⁰ María Concepción QUINTANILLA RASO, "Conflictos entre grandes. De las luchas internobiliarias a los debates interseñoriales" en José Manuel NIETO SORIA (dir.) *El conflicto en escenas. La pugna política como representación en la Castilla Bajomedieval*, Sílex, Madrid, 2010, págs. 59-104, pág.61.

²¹ QUINTANILLA RASO 2010: 61.

²² "Sin embargo, a finales del siglo XV, el seguimiento detallado de los ámbitos de desenvolvimiento de sus luchas por el poder nos conduce a un escenario distinto, el de sus grandes estados señoriales. A finales del siglo, los señores parecen reafirmar su presencia en ellos y se observa con claridad que los debates y diferencias internos habían cambiado de marco, trasladándose de la urbe al medio rural, de la ciudad a los senorios." QUINTANILLA RASO 2010: 61.

²³ QUINTANILLA RASO 2010: 104. Ver da mesma autora: «Élites de poder, redes nobiliarias y monarquía en la Castilla de fines de la Edad Media», *Anuario de Estudios Medievales*, 37-2, 2007, págs. 957-981, doi: 10.3989/aem.2007.v37.i2.57.

De acordo com Quintanilla Raso, durante o período dos Reis Católicos, os nobres castelhanos participaram de um processo de busca de identidade como elite de poder no projeto político da monarquia – no âmbito de uma política institucionalizada – e as redes internobiliarias se projetaram e se consolidaram – no âmbito de uma política informal.²⁴ É nesse contexto que o II Conde de Tendilla outorgou seu testamento, cujo pano de fundo foram os conflitos pertinentes ao processo de identidade da nobreza como elite do poder, de forma geral, e os conflitos e disputas por bens e poder entre os senhores de título andaluzes, após a conquista do reino de Granada, de forma específica. Não se deve ignorar o fato de que don Íñigo López de Mendoza manteve desavenças e disputas por cargos e privilégios com outros personagens importantes da aristocracia andaluz. Em episódios bem conhecidos, o Conde liderou um bando que enfrentou os aliados de seu primo, o marquês do Cenete, e do *Gran Capitán*, na disputa pelo controle do *Ayuntamiento de Granada*, conflito do qual não ficaram alheias instituições como a *Real Audiencia y Chancillería* e o arcebispado de Granada. Isso se deu, certamente, em um contexto de rivalidades internobiliárias, marcado pela violência. Esse processo de disputas e conflitos terrenos, vital para a manutenção e acrescentamento do poder do Conde de Tendilla, seria encerrado com a sua morte. Em outras palavras, a morte retirava o nobre das relações com os seus pares, e, assim, a violência e o conflito perdiam seu sentido primordial. Isso explicaria o desejo do estabelecimento da paz com os inimigos para depois da morte, manifestado pelo Conde em seu testamento.

5. A transmissão da herança

O testamento era um instrumento fundamental para garantir a transmissão da herança de acordo com os interesses da linhagem e da família. O estudo desse tipo de fonte permite avaliar a transmissão de bens entre gerações tanto no que se refere aos aspectos materiais como no que diz respeito aos valores culturais. Em um artigo de apresentação do número temático “Historiar e historizar la herencia” da revista *Studia Histórica. Historia Moderna*, Juan Hernández Franco assevera que o sistema de transmissão de bens não pode ser reduzido à análise da transmissão do patrimônio material entre famílias dos diferentes grupos sociais, pois tão importantes como os bens materiais, que mantêm a posição social da família, são os valores culturais, pois os costumes, normas, valores representados e *habitus* dos distintos grupos sociais e das famílias que os integram “es lógico que influyan en los sistemas de transmisión empleados intergeneracionalmente, aportando rasgos ideológicos que complementan y hacen más inteligibles las decisiones relativas a la heredad material”.²⁵

²⁴ QUINTANILLA RASO 2007.

²⁵ Juan HERNÁNDEZ FRANCO, “Historiar e historizar la herencia. Apresentación”, *Studia Histórica. Historia Moderna*, 33, (2011), (Ejemplar dedicado a: La ideología de la herencia: valores materiales y culturales) págs. 17-28.

Concordando com Juan Hernández, consideramos na análise do testamento do II Conde de Tendilla, na transmissão de seus bens, tanto os aspectos materiais como os culturais. Íñigo López de Mendoza y Quiñones casou-se duas vezes; em primeiras núpcias uniu-se à Marina Lazo de Mendoza e em segundas núpcias à Francisca Pacheco. Apenas do segundo matrimônio teve herdeiros, oito filhos. Ao nascimento da primeira filha, chamada María Mendoza, seguiram-se os de Luís Hurtado de Mendoza, António de Mendoza, Francisco de Mendoza, María Pacheco, Bernardino de Mendoza, Isabel de Mendoza e Diego Hurtado de Mendoza. Para esses filhos legítimos, don Íñigo López de Mendoza y Quiñones deixou seus bens, mas contemplou também em seu testamento os bastardos Pedro e Margarida. Pedro deveria receber cem mil maravedíes e Margarida quarenta mil, como complementação de um dote já pago. Margarida aparece no primeiro codicilo, outorgado no dia 19 de julho de 1515:

Y por quanto yo metí monja en el monasterio de Santiago de la madre de dios de las monjas de Granada a Malgarida y al tiempo que la metí mandé quarenta mil maravedís digo y mando que se le den e pague de mis bienes al dicho monesterio, para dote de la dicha Malgarida los dichos quarenta mil maravedís de más de los que le mandé dar al tiempo que se metió monja. Testigos Ortúñ García, prior del dicho monasterio, y Diego López de Yeste, frayle del dicho monasterio y el doctor Yñigo López.²⁶

Observe-se que o prior do Monasterio de Santiago de la Madre de Dios de Granada, frei Ortúñ García, não só acompanhou don Íñigo López de Mendoza nos seus últimos dias como firmou os codicilos pelo Conde, que estava fraco e não tinha condições físicas de fazê-lo. Frei Ortúñ de García obteve quarenta mil maravedies para o dote de dona Margarida, dobrando o valor pago anteriormente, quando, por mediação do Conde de Tendilla, a jovem religiosa ingressou no referido mosteiro.

Maria Cristina Hernández Castelló considera possível que a melhora do dote de Margarida tenha desagradado às filhas legítimas do Conde, María de Mendoza e María Pacheco.²⁷ Isso explicaria que no segundo codicilo, outorgado no dia seguinte, 20 de julho de 2015, don Íñigo López de Mendoza asseverasse que:

la condesa de Monteagudo, y doña María Pacheco mis hijas ... no puedan pedir mas de lo que tiene señalado en sus dotes.²⁸

Contudo, o discurso do II Conde de Tendilla não estava dirigido exclusivamente às suas filhas. O segundo codicilo foi outorgado com um único objetivo: reafirmar que as vontades manifestadas no testamento e no primeiro

²⁶ TESTAMENTO DEL CONDE DE TENDILLA: 482.

²⁷ HERNÁNDEZ CASTELLÓ 2014: 182.

²⁸ TESTAMENTO DEL CONDE DE TENDILLA: 484.

codicilo deveriam ser respeitadas e asseverar que todos os filhos se contentassem com a sua parte na herança:

que *todos mis hijos varones e mugeres* se tengan por contentos con las partes que yo les he mandado y han habido, así por este mi testamento como fuera y les he señalado, que cada uno se tenga por contento de haber aquello y no pida más. Así de mi parte y de lo que de mis bienes y de mí podían haber, como de todo lo que de parte de la condesa, mi muger, su madre les pudiese caber en cualquier manera, así del dote como de lo multiplicado o en otra cualquier manera o por otra cualquier parte. Porque mi voluntad es ésta y así lo quiero y mando por bien de paz entre ellos, que sin pleito ni otra manera ninguna de rigo en cada uno dellos ayade todos estos bienes de padre y madre.²⁹

Parece-nos claro que o II Conde de Tendilla buscava evitar algo comum e recorrente entre os herdeiros de sua época: os conflitos e as disputas pela herança. Não devemos menosprezar a importância dos conflitos na política patrimonial e no ordenamento interno da linhagem. Como bem observa Juan Hernández Franco, não obstante valiosas e diversificadas abordagens já realizadas, os estudos sobre a transmissão de bens deixam em evidência o risco de se realizar uma análise da herança como se a família atuasse unida em todos os sentidos, e onde cada membro estivesse disposto a subordinar suas aspirações individuais aos interesses da mesma. Ao contrário, salienta o historiador que é preciso questionar se realmente as famílias tinham como único objetivo preservar seus patrimônios ou se pretendiam fazer a sua distribuição de tal modo que o conjunto da descendência pudesse reproduzir e disfrutar de uma posição social similar à de seus ancestrais.³⁰

O estudo do testamento e codicilos de Íñigo López de Mendoza nos permite vislumbrar os dois objetivos: a preservação do patrimônio da família e a distribuição de bens para garantir a reprodução da posição social por todos os descendentes da linhagem. Sobre a preservação do patrimônio o segundo codicilo nos dá pistas importantes. Em suas linhas iniciais lê-se:

²⁹ TESTAMENTO DEL CONDE DE TENDILLA: 483-484.

³⁰ Juan HERNÁNDEZ FRANCO, “Introducción. Historiar e historizar la herencia”. *Studia Histórica. Historia Moderna*, 33, (2011), (Ejemplar dedicado a: La ideología de la herencia: valores materiales y culturales) págs. 17-28.

Pablo S. OTERO PIÑEYRO MASEDA; Miguel GARCÍA-FERNÁNDEZ, “Los testamentos como fuente para la historia social de la nobleza. Un ejemplo metodológico: tres mandados de los Valladares del siglo XV”, *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 60, 126 (2013), págs. 125-169 doi: 10.3989/ceg.2013.126.04.

Digo y es mi voluntad y mando por virtud de la facultad que tengo de sus alteças para crecer y menguar mi mayoradgo como quisiere e por todas otras qualesquier vías que lo puedo mandar ...³¹

Don Íñigo López de Mendoza y Quiñones buscou preservar o patrimônio da linhagem mobilizando como recurso o mayorazgo,³² um importante sistema utilizado pela nobreza durante os séculos baixomedievais para evitar a desagregação do patrimônio e acentuar a coesão interna da linhagem. Os bens vinculados no mayorazgo passavam a um herdeiro principal, geralmente o primeiro filho do sexo masculino, de forma que o grosso do patrimônio de uma família não se disseminava. Dessa forma, o II Conde de Tendilla buscou preservar o patrimônio da linhagem na pessoa de seu primogênito:

Y todo ello cumplido y pagado, el remanente que fincare de todos mis bienes mando que los aya y herede el dicho don Luis de Mendoça mi hijo, como legítimo y universal heredero de todos mis bienes y los tenga como bienes de mayoradgo con los cuales agora de presente por virtud de una carta de merçed que tengo para ello de sus Altezas meto y incorpozo con los otros mis bienes de mayoradgo la mi Villa de Valhermoso de Tajuña con su jurisdiccción, vasallaje y mero misto imperio según que la yo, he e tengo y según quel dicho poder que yo

³¹ TESTAMENTO DEL CONDE DE TENDILLA: 483.

³² Para muitos autores, os mayorazgos são uma instituição tipicamente ibérica, vigente desde o século XIV até a metade do século XIX. Tema presente na produção acadêmica portuguesa e espanhola, a propriedade vinculada tem sido objeto de uma série de investigações. Para o tema, duas obras são referências indiscutíveis: Bartolomé CLAVERO, *Mayoralgo. Propiedad feudal en Castilla (1369-1836)*, Siglo Veintiuno Editores, Madrid, 1974 e Maria de Lurdes ROSA, *O Morgadio em Portugal. Séculos XIV-XV*, Editorial Estampa, Lisboa, 1995. A obra do jurista espanhol Bartolomé Clavero, que enfatiza os aspectos jurídicos do mayorazgo, abriu novas perspectivas, a partir da década de 1970, para os estudos sobre a propriedade vinculada. Clavero apresentou uma definição que ainda hoje é amplamente utilizada pelos estudiosos: “el mayorazgo es una forma de propiedad vinculada, es decir, de propiedad en la cual su titular dispone de la renta, pero no de los bienes que la producen, se beneficia tan solo de todo tipo de fruto rendido por un determinado patrimonio sin poder disponer del valor constituido por el mismo». CLAVERO 1974: 21. Maria de Lourdes Rosa, por sua vez, em trabalho publicado na década de 1990, avançou para além das classificações consagradas sobre o morgadio – como instituição jurídica ou como mecanismo social – e buscou esclarecer os mecanismos que explicam o fenômeno enfatizando a relação entre propriedade e passado/memória da linhagem. A historiadora portuguesa explicou o morgadio “como um acto de regulamentação administrativo-jurídica de um patrimônio, no qual também se transmitem modelos de comportamento, regras de conduta social e formas de relacionamento com o mundo dos antepassados, destinados a vigorar durante gerações e condicionando tanto a posse dos bens como a chefia da linhagem”. ROSA 1995: 20.

tengo para añadir o menguar en el dicho mi mayoradgo se contiene del qual yo agora vso y vala y sea firme para siempre jamás.³³

Além dos bens vinculados no mayorazgo, o Conde de Tendilla acrescentou um símbolo do seu poder:

E así mismo digo que por quanto nuestro señor muy santo padre Inocencio octauo me ouo dado un estoque, siendo yo embajador de los reyes nuestros señores en Roma, el qual no acostumbra dar su santidad sino a rey o a príncipe, y hizo a mí gracia e merced de él, por especial amor que me tuuo, por tanto mando que, pues es joya tan señalada, quede perpetuamente en la casa de mi mayoradgo y en ninguna manera se enajene ...³⁴

O presente de Inocencio VIII expressava muito bem a extensão do poder e da reputação do II Conde de Tendilla, que o recebeu em 1486, após passar cerca de um ano como embaixador dos Reis Católicos em Roma. No natal de 1486, em uma cerimônia solene, Inocencio VIII agasalhou ao conde de Tendilla, e por meio de sua pessoa aos Reis Católicos, com uma das honras de maior prestígio na cristandade: o estoque bendito como defensor da fé católica.

El pontífice celebró misa con gran solemnidad la mañana de la Natividad de nuestro Redemptor y como bendixo y dió la espada de la protección de la cristiandad al conde de Tendilla (...). El papa personalmente vino debajo de palio a la Basílica de San Pedro andando delante, después de la cruz, los prelados y los cardenales, revestido el Señor Sinolpho, clérigo de la cámara, a la izquierda de la cruz llevando la espada con el sombrero la pusso sobre el altar Mayor al lado de la Epístola donde estuvo todo el tiempo de la missa la qual acabada, Nuestro Santísimo Señor sentado en el trono la consignó al conde de Tendilla que estaba hincado de rodillas delante del, diciendo sin libro: tomad la espada y sed defensor de la fe y de la Santa iglesia romana en nombre del Padre, del Hijo, y del Spiritu Sancto, y haviéndola tomado el conde, besó la mano y después el pie del Papa, y la dió a ocho de sus soldados que la llevaron continuamente delante del. El señor Gerónimo Calagrano, dixo la Epístola y el cardenal Senes el Evangelio; y después de la Misa pronunció las indulgencias plenárias concedidas por el Papa, y el señor Vicecanciller fue asistente. Dada la espada vino por la calle del Salvador mostrando el señor obispo Tiburiense vicario de San Pedro el vulto Sancto, algunos cardenales con capelo y otros sin ellos acompañaron al Papa hasta el

³³ TESTAMENTO DEL CONDE DE TENDILLA: 480.

³⁴ TESTAMENTO DEL CONDE DE TENDILLA: 482.

pórtico de San Pedro donde el Papa despidió a todos. El conde de Tendilla con un soldado con la espada delante del acompañó al Papa hasta la cámara del palacio. Después salió del palacio y puesto a cabalo fue acompañado de los prelados del palacio, de la familia del Papa y de los embajadores hasta su habitación del palacio de Campo de Flor, en medio del vicecanciller que llevaba a mano derecha del obispo asistente a la izquierda y de un prelado y un embaxador, después otros obispos, camareros y escudeiros del Papa y junto a él delante aquel soldado con la espada y el sombrero, al llegar a su cassa dio gracias a todos y entró en ella.³⁵

A análise da cerimônia em sua riqueza de detalhes extrapolaria os objetivos desse texto e ampliaria demasiadamente o número de suas páginas. Contudo, não abrimos mão de reproduzir a narrativa da cerimônia para que se ressalte a relevância e a carga simbólica do presente recebido pelo II Conde de Tendilla e que ficaria vinculado ao mayorazgo.

O mayorazgo, certamente, não foi a única forma mobilizada pela nobreza para redistribuir patrimônios e influências; outros instrumentos eram utilizados na política patrimonial e na ordenação interna da linhagem, como doações, dotações, compromissos assumidos entre membros do clã, partilhas de bens, entre outros. Nesse sentido, observa-se o segundo dos objetivos das famílias nobres do período, revelado no testamento e codicilos de Íñigo López de Mendoza: a distribuição de bens para garantir a reprodução da posição social dos ancestrais a todos os descendentes da linhagem.

O II Conde de Tendilla determinou que recebessem seus filhos: António de Mendoza, comendador de Socuéllamos e Torre Vejezate, “docientos mil maravedís de renta en Almayate, en cada vn año, para siempre jamás”;³⁶ Francisco de Mendoza, “cien mil maravedís de renta en lo que resta en Almayate sacadas las docientas mil maravedís de don Antonio y los cien mil maravedís de empeño, y los treinta mil maravedís de juro de las salinas de Bacor y del resto a los cien mil maravedís se le cumpla en censos y rentas que yo tengo en la ciudad de Granada”; Bernardino de Mendoza, comendador de Estremera, “toda la hacienda de maravedís de pan de renta que yo tengo en la ciudad de Guadix y su tierra, excepto las dehesas de Sierra Neuada que a en tierra de Guadix que estas no las a de hauer él;” Diego de Mendoza, “cien mil maravedís de renta cada un año para siempre jamás que los aya en la de Hesa de Alhedín”; Isabel de Mendoza, “tres quentos de maravedís de los cuales pague don Luys de Mendoça mi hijo los dos quentos y el uno se pague de las rentas de esotros mis hijos por

³⁵ BN. MSS. 3315, IBÁÑEZ DE SEGÓVIA, f. 187 r.º y v.º: Descripción de Juan Brucardo, maestro de Cámara de Inocencio VIII recogida por el marqués de Mondéjar. Apud: HERNÁNDEZ CASTELLÓ 2014: 131-132.

³⁶ Ainda em vida, o II Conde de Tendilla havia passado para esse filho a importante encomenda de Socuéllamos recebida dos Reis Católicos. António Mendoza y Pacheco foi também o primeiro vice-rei da Nova Espanha (México) e segundo vice-rei do Peru.

rata segun cada uno sele dar". Às duas filhas de nome Maria, a condesa de Monteagudo e dona María Pacheco, que já haviam recebido seus dotes, o II Conde de Tendilla assevera que "no puedan pedir mas de lo que tiene señalado en sus dotes".

Essa distribuição de bens entre os herdeiros revela a existência da solidariedade patrimonial do grupo familiar, que garantia a todos os membros da família uma vida digna patrimonialmente e socialmente. É o que se pode verificar inclusive no caso dos filhos bastardos de Íñigo López de Mendoza: Pedro, destinatário de cem mil maravedíes, e Margarida, de oitenta mil maravedíes. Também ilustrativo a esse respeito são outros dois itens do testamento. No primeiro, o II Conde de Tendilla previne que a herança se mantenha na família:

Ytem mando que si alguno destos mis hijos muriese antes de veinte años sin dexar hijo legítimo que los que quedaren vivos hereden a los que fallescieren excepto el dicho don Luys mi hijo que no se entiende en este capítulo.³⁷

No segundo, atribui ao primogênito e herdeiro do mayorazgo, Luis de Mendoza, a responsabilidade pelo cuidado e proteção da sua irmã mais nova, Isabel, que deveria receber suas rendas aos dezoito anos:

quiero y mando que le de el dicho don Luis mi hijo quando fuere de edad de diez y ocho años y en tanto la tenga en su amparo y crianza y mire por ella, probeyéndola de todas las cosas necesarias.³⁸

Conclui-se que o testamento do II Conde de Tendilla, elaborado "*por descargo de mi conciencia y pacificación de mis hijos*", manifesta claramente tanto o desejo de preservação do patrimônio como o de reprodução da posição social da linhagem. Nesse âmbito, observa-se, na transmissão da herança, a influência dos valores culturais – costumes, normas, e *habitus* – do grupo social que a família Mendoza integrava.

6. A preservação da memória e da linhagem

Registro de suas últimas vontades, o testamento do II Conde de Tendilla expõe, além dos elementos anteriormente analisados, os desejos e as estratégias utilizadas para a perpetuação de sua memória e de sua linhagem. A escolha do lugar de inumação constituía um elemento importante nos testamentos porque oferecia a oportunidade de fixar a representação da família em um espaço simbólico. Don Íñigo López de Mendoza escolheu o mosteiro de São Francisco

³⁷ TESTAMENTO DEL CONDE DE TENDILLA: 480.

³⁸ TESTAMENTO DEL CONDE DE TENDILLA: 480.

da Alhambra de Granada, onde estava enterrada sua esposa Francisca Pacheco, falecida quase uma década antes.

Y como quier que es muy liuiana perdida la de la sepultura aunque no se pudiese hauer para los que tienen fee y creen la resurrección de la carne, mas por la Crisma que reciuí y por el hábito que tengo de la órden del apostol Sanctiago mando que quando esta carne que es tierra se ouiere de tornar en poluo mi cuerpo sea enterrado y depositado en el monesterio de san Francisco desta Alhambra de Granada cerca del cuerpo de la condessa doña Francisca mi muger para que despues sea puestos el mio y el suyo donde yo he hablado y dexo por memorial y mis testamentarios.³⁹

A escolha desse lugar reflete os aspectos religiosos, sociais e políticos que orientaram as estratégias utilizadas pelo II Conde de Tendilla para a perpetuação da memória da sua linhagem. Por ser membro de uma das famílias mais influentes do período dos Reis Católicos e sendo uma das figuras mais destacadas na guerra e conquista de Granada, don Íñigo López de Mendoza pode escolher o mosteiro de São Francisco da Alhambra de Granada como última morada, e lá pode enterrar-se. No momento da escrita do testamento do Conde de Tendilla, estava enterrada na cripta da igreja construída para o mosteiro, a Rainha Católica, desde 1504 – em cumprimento à vontade da monarca, registrada em seu testamento.⁴⁰ Estando os restos da Rainha na cripta, em 1515, o II Conde de Tendilla recebeu sepultamento provisório na sala capitular do mosteiro, onde estavam também os restos de dona Francisca Pacheco. O sepultamento definitivo dos Condes na cripta do mosteiro ocorreu somente após 1521, ano em que os restos dos Reis Católicos foram trasladados para a Capela Real.

O mosteiro de São Francisco da Alhambra tinha uma carga simbólica expressiva. Foi o primeiro convento de Granada, criado em cumprimento a um voto de Isabel a Católica e doado aos franciscanos logo após a conquista de Granada. O mosteiro foi edificado em um antigo palacio nazári, o que acrescentava seu valor simbólico. Na arquitetura da guerra, a transformação dos edifícios conquistados em espaços cristãos constituía um apelo visual e simbólico que preservava a memória dos anos de luta contra os mulçumanos e exaltava a

³⁹ TESTAMENTO DEL CONDE DE TENDILLA: 476.

⁴⁰ No testamento da Rainha Católica lê-se: «quiero e mando que mi cuerpo sea sepultado en el Monasterio de San Francisco, que es en la Alhambra de la Cibdad de Granada, siendo Religiosos o Religiosas de la dicha Orden, vestido en el hábito del bienaventurado Pobre de Jesu Christo San Francisco, en una sepultura baxa que no tenga bulto alguno, salvo una losa baxa en el suelo, llana, con sus letras esculpidas en ella; pero quiero e mando que si el Rey mi señor eligiese sepultura en cualquier otra parte o lugar destos mis Reynos, que mi cuerpo sea allí trasladado e sepultado, junto al cuerpo de su Señoría... » *Testamento y codicilo de Isabel la Católica*, Madrid, Ministerio de Asuntos Exteriores, Dirección General de Relaciones Culturales, 1956.

vitória dos cristãos. Os sepultamentos do Conde de Tendilla e de sua esposa no mosteiro de São Francisco deixava forte testemunho de sua importante atuação no reino de Granada, como cavaleiro, governante e poderoso senhor de títulos. Ali se perpetuaria a memória de uma das linhagens mais poderosas do período, a de don Íñigo López de Mendoza, II conde de Tendilla, I marquês de Mondéjar, tenente geral do Rei Católico na guerra e conquista de Granada, primeiro alcaide de Alhambra e capitão geral de Granada.

7. Considerações finais

Nascido no seio de uma influente linhagem castelhana, don Íñigo López de Mendoza y Quiñones foi herdeiro principal do primeiro Conde de Tendilla e como tal recebeu grande patrimônio material e imaterial ao qual acrescentou títulos, privilégios e honrarias recebidos pelos serviços prestados aos Reis Católicos. O estudo de seu testamento revela que esse patrimônio, composto por bens materiais, culturais e simbólicos de um poder social e político expressivo, don Íñigo deixou para seus filhos, preservando grande parte em forma de um mayorazgo herdado por seu primogênito, e distribuindo o restante para os demais descendentes, filhos legítimos e bastardos. Dessa forma, garantiu que todos os seus herdeiros pudessem reproduzir a dignidade e a posição social da linhagem. Assim, podemos afirmar que a análise do testamento e codicilos do II Conde de Tendilla, permitem compreender as estratégias utilizadas pela nobreza do período na política patrimonial e no ordenamento interno da linhagem. Em outras palavras, podemos analisar nessas fontes, além da ideia da violência na vida e da paz na morte, que marcava as relações internobiliárquicas, as formas de transmissão da herança e reprodução da posição social da linhagem, bem como a busca pela preservação da memória da linhagem aristocrática.

* * *

Fontes e bibliografia

1. Fontes

(TESTAMENTO DEL CONDE DE TENDILLA) *Traslado autorizado del testamento del Señor Don Íñigo López de Mendoza conde de tendilla Otorgado en Granada año del 1515.* AHN, sección Nobleza, fondo Osuna, c. 291, d. 10. Apud HERNÁNDEZ CASTELLÓ, María Cristina. *Don Íñigo López de Mendoza, II conde de Tendilla, y las Artes: ¿entre España e Italia?* Tesis Doctoral. Universidad de Valladolid, s/d, p. 474-485.

TESTAMENTO Y CODICILLO DE ISABEL LA CATÓLICA. Madrid, Ministerio de Asuntos Exteriores, Dirección General de Relaciones Culturales, 1956.

2. Bibliografia

- ARIÉS, Philippe. *Essais sur l'histoire de la mort en Occident du Moyen Âge à nos jours*. Seuil, 1975 (publicado no Brasil por Francisco Alves Editor, 1977).
- _____. *O homem diante da morte*. Francisco Alves Editor. Rio de Janeiro, 1982.
- CARLÉ, María del Carmen. *Una sociedad del siglo XV. Los castellanos en sus testamentos*. Universidad Católica Argentina, Buenos Aires, 1993.
- CEPEDA ADÁN, Jose. “Andalucía en 1508. Un aspecto de la correspondencia del Virrey Tendilla”. *Hispania*, LXXXV (1962), p. 3-45.
- _____. “El Gran Tendilla medieval y renacentista”. *Cuadernos de Historia* (1967), p. 159-168.
- _____. “Un caballero y un humanista en la corte de los Reyes Católicos. El conde de Tendilla en las cartas de Pedro Martir de Anglería”. *Cuadernos hispanoamericanos*, 238-240 (1969), p. 475-503.
- _____. “El Conde de Tendilla primer Alcayde de la Alhambra”. *Cuadernos de la Alhambra*, 6 (1970), p. 21-50.
- CHIFFOLEAU, Jacques. *La comptabilité de l'au-delà. Les hommes, la mort et la religion dans la région d'Avignon à la fin du Moyen Âge (vers 1320 - vers 1480)*. École Française de Rome, Rome, 1980.
- CLAVERO, Bartolomé. *Mayorazgo. Propiedad feudal en Castilla (1369-1836)*. Siglo Veintiuno Editores. Madrid, 1974.
- GARCÍA-GALLO, Alfonso. “Del testamento romano al medieval. Las líneas de su evolución en España”. *Anuario de Historia del Derecho Español*, XLVII, (1977), p. 425-497.
- GAUVARD, Claude. “Violência”. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean Claude. *Dicionário temático do Ocidente medieval*. Edusc, Imprensa Oficial do Estado. Bauru, São Paulo, 2002, v. II, p. 605-613.
- HERNÁNDEZ CASTELLÓ, María Cristina. *Don Íñigo López de Mendoza, II conde de Tendilla, y las Artes: ¿entre España e Italia?* Tesis Doctoral. Universidad de Valladolid, 2014.
- HERNÁNDEZ FRANCO, Juan. “Historiar e historizar la herencia. Apresentación”. *Studia Histórica. Historia Moderna*, 33, (2011), (Ejemplar dedicado a: La ideología de la herencia: valores materiales y culturales) p. 17-28.
- JIMENEZ ESTRELLA, António. “La alcaldía de la Alhambra tras la rebelión morisca y su restitución al quinto marqués de modéjar”. *Chronica Nova*, 27 (2000), p. 23-51.
- _____. *Poder, ejército y gobierno en el siglo XVI. La capitania general del Reino de Granada y sus agentes*, Granada 2004.
- _____. “El conde de Tendilla y su estirpe: el poder político y militar de una familia nobiliaria”. In: CORTÉS PECHA, A. L.; LÓPEZ-GUADALUPE MUÑOZ, M. L.; SÁNCHEZ-MONTES GONZÁLES, F. (eds.). *Estudios en homenaje al profesor José Szmolka Clares*. Granada, 2005, p. 345-358.

- _____. “Nobleza y servicio político a la monarquía en el siglo XVI: los Mendoza y su vinculación al Reino de Granada”. *Obradoiro de Historia Moderna*, 18 (2009), p. 211-232.
- MARTIN CEA, J. C., “El modelo testamentario bajomedieval castellano y su reflejo en los diferentes grupos sociales”. *Edad Media. Revista de Historia*, 6, 2003-2004, p. 103-156. Disponible em:
<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=958070>.
- MARTIN GARCÍA, Juan Manuel. *Don Íñigo López de Mendoza (1442-1515): Del espíritu caballeresco al humanismo renacentista. Tradición y modernidad de un mecenas español*. Granada, 1999.
- _____. “La herencia cultural y humanística del Marqués de Santillana: el II conde de Tendilla entre el espíritu caballeresco y el humanismo renacentista”. In: *Actas del I Congreso Nacional Sierra Mágina-Marqués de Santillana*. Jaén, 2000, p. 161-175.
- _____. “Arquitectos y mecenas del Renacimiento en España”. *Cuadernos de Arte*, 36 (2005), p. 29-47.
- MORENO TRUJILLO, M. Amparo. “Escritura y poder: el conde de Tendilla de la espada a la pluma”. In: CORTÉS PEÑA et. al. (eds.). *Estudios en Homenaje al professor José Szmolka Clares*. Granada, 2005, p. 443-458.
- _____. “Las Actuaciones de la Inquisición y los escribanos judeo conversos del entorno del conde de Tendilla”. *HID*, 37 (2010), p. 177-206.
- OTERO PIÑERO MASEDA, Pablo S., GARCÍA FERNÁNDEZ, Miguel. “Los testamentos como fuente para la historia social de la nobleza. Un ejemplo metodológico: tres mandas de los Valladares del siglo XV”. *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 60, 126 (2013), p. 125-169 doi: 10.3989/ceg.2013.126.04.
- QUINTANILLA RASO, María Concepción. “Conflictos entre grandes. De las luchas internobiliarias a los debates interseñoriales”. In: NIETO SORIA, José Manuel (dir.) *El conflicto en escenas. La pugna política como representación en la Castilla Bajomedieval*. Sílex. Madrid, 2010, p. 59-104.
- _____. “Élites de poder, redes nobiliarias y monarquía en la Castilla de fines de la Edad Media”. *Anuario de Estudios Medievales*, 37-2, 2007, p. 957-981, doi: 10.3989/aem.2007.v37.i2.57.
- ROYER DE CARDINAL, Susana. *Morir en España: Castilla Baja Edad Media*. Universidad Católica de Argentina, Buenos Aires, 1992.
- SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís. *Nobleza y monarquía. Puntos de vista sobre la Historia política castellana en el siglo XV*. Valladolid, 1975.
- ROSA, Maria de Lurdes. *O Morgadio em Portugal. Séculos XIV-XV*. Lisboa. Editorial Estampa, 1995.
- SMOLKA CLARES, José. “Nobleza y autoritarismo en Andalucía. La contribución de Granada a la sumisión del estamento nobiliario andaluz, 1504-1510”. *Cuadernos de Estudios Medievales*, V-VII (1978-79), p. 277-296.
- _____. “Relaciones entre Jaén y Granada a comienzos del quinientos. El Santo Reino en el Registro del Conde de Tendilla”. *Chronica Nova*, 16 (1988), p. 143-167.

- _____. “Las relaciones entre la ciudad y la Alhambra: el Conde de Tendilla”. In: *Granada, su transformación en el s. XV*: conferencias pronunciadas con motivo del V centenario del ayuntamiento de Granada. Granada, 2001, p. 89-102.
- VIVANCO, Laura. *Death in fifteenth century Castile. Ideologies of the elites*. Suffolk, Rochester, Nueva York, Tamesis, 2004.
- VOVELLE, Michel. *La Mort et l'Occident: de 1300 à nos jours*. Gallimard, Paris, 1983.